

Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil

Ricardo Fonseca Rabelo*

RESUMO

O artigo faz uma análise da economia brasileira no período 1955-61, com o objetivo de mostrar a importância do “Plano de Metas” como política econômica adequada para a promoção do desenvolvimento econômico. Mostra-se a importância da confluência de diferentes vertentes teóricas do pensamento econômico para a criação da consciência da necessidade da industrialização do país. Analisa-se o novo papel do Estado, que intervém direcionando a economia para o desenvolvimento, atuando direta ou indiretamente, inclusive em associação com o capital estrangeiro. O artigo mostra que emerge após o Plano de Metas um novo padrão de acumulação, centrado no capital industrial, mas que é incapaz de resolver problemas importantes como a concentração de renda e o financiamento do processo de crescimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Padrão de acumulação; Intervenção do Estado; Economia brasileira.

O Brasil saiu da II Guerra Mundial ao lado dos vencedores. A economia apresentou, a partir de 1945, sinais alentadores de recuperação da relação de trocas e uma relativa tranquilidade quanto às reservas internacionais. Esses indicadores positivos, no entanto, não deixavam encobrir o impasse em que estava colocada a economia brasileira em relação à participação do Estado na Economia e ao processo de desenvolvimento.

Na questão do papel da intervenção do Estado, duas posições se confrontavam. Uma delas via o Estado como representante da Nação e defendia a intervenção do

* Professor titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Economista; Mestre em Ciências Sociais pela Fafich/UFMG; Doutor em Comunicação Social pela UFRJ. e-mail: rrabelo@pucminas.br.

Estado para salvaguardar os interesses e o desenvolvimento nacionais. A outra posição julgava que o desenvolvimento econômico dependia da “livre ação das forças do mercado” e via a ação do Estado como ilegítima e causadora de desequilíbrios na economia. Seguindo esse contraponto, os governos ora se orientavam pela ortodoxia do Liberalismo Econômico, ora pela idéia de um Estado que agisse como um “*Deus ex machina*”, capaz de suplantar todas as mazelas do subdesenvolvimento e da dependência econômica a que o país estava submetido.

Dutra e Vargas aparecem, assim, como concertistas de um estranho dueto. Dutra, forte defensor do Liberalismo, impõe, depois de um breve período de abertura, importantes restrições à livre circulação de mercadorias estrangeiras no mercado nacional. Vargas, nacionalista ferrenho, é responsável por uma política econômica que, pelo menos na fase inicial de seu tumultuado governo, em nada fica a dever aos tão decantados preceitos “ortodoxos” e acaba responsável por uma legislação relativa ao capital estrangeiro cujo caráter nacionalista tem sido revisto (VIANNA, 1987, p. 14).

O capitalismo brasileiro se chocava com os estreitos limites de uma “industrialização restringida” (MELLO, 1984, p. 110), que já não atendia aos requisitos concretos do desenvolvimento capitalista. Era preciso libertar o capital da sua debilidade congênita, fazê-lo alcançar a maioria do capitalismo. Embora a indústria fosse já o “centro dinâmico” da economia, produzia apenas bens de consumo não-duráveis e continuava a depender da exportação de produtos primários para a geração de divisas que possibilitavam a importação de bens de capital. Para enfrentar esse desafio, era preciso mais do que uma política econômica adequada, de acordo com os cânones dos manuais. Resgatar do atraso secular uma economia com sérias tendências à estagnação, numa conjuntura pouco propícia tanto nacional como internacional, parecia ser uma tarefa impossível. Ainda mais que, para isso, seria necessário combinar conceitos até então pensados em separado como capital estrangeiro e Estado. Acrescente-se a tudo isso a previsível concentração do capital e da renda, em um país com tradições populistas, e teríamos como resultado uma possível perda de apoio popular. A opção pelo desenvolvimento industrial baseado no setor de bens de consumo duráveis, característica da nova fase que se iniciava, exigiria pesados investimentos estrangeiros e nacionais, com apoio do Estado, e uma grande restrição às políticas populistas de cunho distributivista.

O período de ciclo expansivo da economia brasileira que vai de 1956 a 1961 é, por tudo isso, muito singular. É também o momento em que se dá a consolidação do capitalismo industrial no Brasil, no qual tem um papel fundamental o Estado, em associação com o capital estrangeiro e nacional, com base numa complicada operação de financiamento para propiciar o excedente necessário aos grandes investimentos realizados.

OS MOMENTOS INICIAIS E A OPÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO

Em meados da década de 50, a economia brasileira começa a mostrar sinais de crise. A inflação já passava da marca dos 25% ao ano e o crescimento do PIB se reduzia gradativamente, chegando apenas a 2,9% a.a., em 1956. Outro fator importante da crise é externo: a economia brasileira enfrentava uma queda significativa das relações de troca (cerca de 25% entre 1954 a 1960, contra um aumento de 151% entre 1946 e 1955) (PEREIRA, 1989, p. 53). A economia ainda continuava submetida às oscilações do mercado internacional de bens primários, em particular o café, ainda o principal produto de exportação. A situação externa era crítica e as agências internacionais de financiamento exigiam que o Brasil aplicasse mais um “ajuste ortodoxo” para merecer créditos.

O cenário está completo para que o novo governo, empossado a 31 de janeiro de 1956, adote um programa de estabilização da economia. O discurso governamental, que foi adotado desde a campanha eleitoral era, no entanto, outro. O “binômio” energia e transporte vai ser seu carro-chefe. Partindo de um diagnóstico da economia nacional feito pela equipe BNDE-Cepal e por seus assessores diretos, JK vai eleger como prioridades para o relançamento do crescimento econômico um plano não de estabilização, mas de desenvolvimento. Por que o governo fez essa opção “contra a corrente”?

Há fatores objetivos e subjetivos que levam a essa opção. Do lado objetivo, a opção pela estabilização da economia implicaria adotar medidas de política econômica como restrição de gastos do governo e redução do crédito. O resultado poderia ser uma desaceleração do ritmo do crescimento da economia, como na primeira fase do governo Dutra (1946-47) e do governo Vargas (1951-52), ou até mesmo a recessão, como a que caracterizou a gestão Gudin no governo Café Filho (1955). O estancamento do setor externo não era, para o diagnóstico da equipe do governo, algo circunstancial e temporário. O “crescimento para fora” havia encerrado definitivamente seu ciclo e agora a economia deveria ter seu centro motor no mercado interno. Os desequilíbrios da economia, portanto, já evidentes para todos, só seriam corrigidos com a rejeição dos planos de contenção e com um avanço substancial no processo de industrialização, baseado em investimentos suportados pelo Estado e completados pelo capital privado nacional e estrangeiro.

Do lado subjetivo, há um grande progresso da “consciência da necessidade da industrialização” (LESSA, 1978, p. 17). Nesse aspecto, é inegável a importância do corpo teórico de pensamento gerado a partir da Cepal (Comissão Econômica para América Latina da ONU), assimilado por técnicos brasileiros, particularmente os ligados ao BNDE. Ele parte de algumas idéias-chave que vão ser fundamentais para a elaboração do “Plano de Metas”. Em primeiro lugar, uma conscientização sobre os

mecanismos da dependência econômica, das relações desiguais entre “centro” e “periferia” capitalistas, que se materializam na “deterioração dos termos de intercâmbio”. Essa argumentação vai ser fundamental para gerar, na sociedade, uma rejeição do liberalismo econômico adotado até a década de 30 e retomado tardiamente no governo Dutra e, também, para consolidar definitivamente a idéia de que Desenvolvimento é igual a Industrialização. A rejeição do modelo de desenvolvimento “para fora” e a adoção do modelo voltado “para dentro” vai ser a “peça de resistência” do pensamento cepalino na década de 50.

Outro aspecto subjetivo importante é a idéia de que o planejamento é a única forma de garantir a transição entre os dois modelos. Essa idéia comporta dentro de si duas outras, que a sustentam. A proposição de um novo papel para o Estado, nas economias latino-americanas, é o principal conceito embutido na “ideologia do planejamento”. Na verdade, acredita-se na necessidade de se instrumentalizar o Estado para o suporte e o amparo à industrialização, rompendo assim, definitivamente, com os arcaísmos liberais do pensamento pré-keynesiano, que havia se mostrado totalmente inadequado à realidade latino-americana. O Estado, como representante da nação, pode e deve adotar medidas que vão contra a “lógica do mercado” desde que sejam eficazes na promoção do desenvolvimento. Esse é o sentido das medidas protecionistas adotadas nesse período, como a lei do similar nacional e as restrições às importações, mostrando que a teoria das vantagens comparativas não era compatível com a ruptura com o modelo agro-exportador. No plano de mercado interno, a transformação do Estado em um grande investidor mostra também essa contradição entre “livre mercado” e desenvolvimento. Subsidiariamente, há uma crença renovada não em um “mercado” abstrato, mas no capitalismo como modo de produção capaz ainda de desenvolver as forças produtivas, desde que corrigidas as possíveis “distorções”.

Do ponto de vista das forças populares, que se expressavam por meio dos movimentos sociais – especialmente o sindical – e dos partidos políticos – em especial PTB e PC, o “desenvolvimentismo cepalino” acaba por encontrar um paralelo das suas idéias básicas, ainda que contraditoriamente. Há um amálgama de várias correntes de pensamento, que contribuem para fortalecer o projeto de JK. Além do desenvolvimentismo cepalino, contribui também o marxismo do PCB, que considera como “contradição principal” no período a oposição entre Nação e Imperialismo, em contraposição à oposição Capital *versus* Trabalho.

Com base em um amplo consenso, com distintas origens teóricas e políticas, vai se forjar uma base política importante para o projeto desenvolvimentista, na implantação do novo padrão de acumulação de capital. O processo de desenvolvimento, ao criar novas tensões sociais e contribuir para o fortalecimento do capital estrangeiro em pontos estratégicos da economia, vai resultar, posteriormente, na desagregação

dessa grande frente política. Esse é, aliás, um dos fundamentos para a forte crise econômica, política e social do período após o governo JK.

Na verdade, é preciso ressaltar que a “união nacional” em torno do desenvolvimentismo só foi possível após a grave crise política no final do governo Vargas, em que as contradições entre o que já se chamou de “modelo Vargas de Desenvolvimento” e o projeto liberal clássico desatam-se de forma a colocar em risco a própria continuidade do regime populista, dotado de frágeis instituições democráticas. O que estava em jogo era a consolidação do capitalismo industrial brasileiro, o que significava alterar elementos fundamentais da economia brasileira, particularmente em relação ao papel do Estado e do capital estrangeiro (OLIVEIRA, 1986, p. 51). A crise dos anos 50 garantiu alguns pilares básicos para essa transição, como a famosa instrução 113 da Sumoc, herdada da gestão de Eugênio Gudin no governo Café Filho. É, no entanto, nesse período contraditório, de 1956 a 1961, que o capitalismo brasileiro vai dar gigantescos passos rumo à sua “maturidade”. A opção pelo desenvolvimento e a rejeição dos planos de “estabilização” são, assim, frutos de fatores objetivos e subjetivos concretos, elementos fundamentais do processo de transformação pelo qual passam a economia e a sociedade brasileiras nesse período.

Não se trata, aqui, de se considerar esse período da economia brasileira por meio da ótica do “modelo de substituição de importações”. A análise da economia brasileira numa ótica dualista, em que se considera a evolução do capitalismo brasileiro como uma sucessão de “etapas” de mudanças nas suas relações com a economia internacional já foi exaustivamente analisada e criticada até mesmo por alguns de seus teóricos mais expressivos. A problemática que aqui se coloca é outra, relativa às condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, em um período em que há a consolidação do capital industrial como eixo principal de um novo padrão de acumulação (OLIVEIRA, 1986; TAVARES, 1983).

O PLANO DE METAS E O NOVO PAPEL DO ESTADO

O “Programa de Metas”, nome oficial da política econômica de JK, partia de um diagnóstico sobre os “pontos de estrangulamento” da economia nacional situados em três setores básicos: infra-estrutura, indústria de bens intermediários e indústria de bens de equipamentos. O Plano não se preocupa especialmente com a agropecuária, nem define metas com relação à distribuição espacial ou pessoal da renda. Vai ser apenas no período final do governo é que se decide pela criação da Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, visando enfrentar a questão regional. Como se pode ver na Tabela 1, há uma grande subestimação da importância dos itens Alimentação e Educação em comparação com as metas prioritárias.

Tabela 1: Plano de Metas – Estimativa do investimento total – 1957-61, (US\$ milhões).

Metas	Prod. interna	Importação	Total	%
Energia	1.374,52	862,20	2.236,72	42,39
Transporte	941,41	582,60	1.524,01	28,88
Alimentação	59,84	130,90	190,74	3,61
Ind. básica	433,67	742,00	1.175,66	22,28
Educação	149,99	0,00	149,99	2,84
Total			5.277,13	100

Fonte: LESSA, 1973.

As metas fixadas são, em sua maior parte, abrangentes e ousadas. No item Energia pretende-se uma taxa de crescimento da oferta de energia elétrica em torno de 10% a.a., chegando-se ao final do período com uma capacidade instalada de 5.000.000 de kw. No campo da Petrobras almeja-se uma “substituição integral da importação de combustíveis líquidos” paralelamente a um aumento substantivo da produção nacional de Petróleo. Quanto às metas referentes ao transporte, o tom é igualmente grandioso. Pretende-se um reequipamento global do sistema ferroviário, ampliação e pavimentação das rodovias, além da melhoria dos portos e modernização da frota.

O Plano de Metas não se restringe, no entanto, apenas à questão da infra-estrutura. O Estado vai atuar diretamente ou indiretamente (por meio de subsídios e incentivos) para a instalação de um setor de bens intermediários e de um setor de bens de capital, seja ampliando o já existente, seja criando nova capacidade de produção. No que diz respeito ao primeiro grupo, coube prioridade à siderurgia e à indústria do cimento. No setor siderúrgico, além da capacidade de produção representada pela Usina de Volta Redonda, abrangendo cerca de 80% do mercado nacional, pretende-se expandi-la de 1.200.000 t (aço bruto em lingotes) para 2.300.000 em 1960 e 3.500.000 em 1965, visando atender ao aumento de demanda gerado pelo crescimento econômico sem comprometimento do Balanço de Pagamentos. Quanto ao cimento, objetiva-se transitar dos 2,7 milhões de toneladas já instalados, cerca de 90% do consumo, para 5 milhões de toneladas, visando à total independência do suprimento externo. Mas o Plano de Metas não ficava apenas nas “grandes metas” para esse setor. Contemplava também os setores de metais não-ferrosos, álcalis, celulose e papel de imprensa, borracha e fertilizantes com metas gerais de “expansão da produção”, como no caso dos metais não-ferrosos ou detalhamentos maiores como no caso dos álcalis, em que se pretendia criar a Cia Nacional de Álcalis.

Finalmente, o Plano estabelecia uma política clara de incentivo à indústria de bens de capital. Isso se materializava de duas formas. Em primeiro lugar, pelo estabelecimento de metas de nacionalização da indústria nacional de transporte, em especial a automobilística, estipulada em 90% para 1960, destacando-se aí a produção de

autopeças e de intermediários para a indústria de material de transporte. Esse fato é importante quando se pensa nos efeitos “para trás” dessa indústria e pelo fato de que se estimulava também a produção de caminhões, motores e tratores e não apenas a produção de carros de passeio. Nesse item também pode ser inserida a meta de ampliação da indústria naval, com a construção de dois estaleiros de grande porte e o reaparelhamento de outras 14 unidades já existentes, construção de diques secos etc., chegando a uma capacidade de 160.000 dwt/ano.¹

Um segundo aspecto para as metas relativas à indústria de bens de capital diz respeito à implantação da indústria mecânica e de material elétrico pesado. O Plano não estabelece metas, propondo tão somente sua instalação e ampliação, sabendo-se dos limites existentes quanto à dimensão do mercado. Desse modo, a possibilidade de superação da situação estrutural da economia brasileira, cuja principal característica é a deficiência do setor de bens de capital, não vai ser considerada prioritária, e não vai ser enfrentada com a mesma ousadia dos outros itens. Na base dessa atitude, está a crença de que a economia brasileira ainda dependeria, por mais um período, da importação de capital para continuar crescendo.

Não se pode deixar de apontar a meta “política” da construção de Brasília, na verdade, uma operação de grande envergadura visando dotar o capitalismo brasileiro de um maior espaço de articulação e expansão. Além disso, as obras da nova capital tiveram grande efeito imediato de reanimação da economia, resultante dos grandes investimentos necessários.

Na sua grande maioria, naquilo em que o Plano de Metas ensejava a transição da economia para o capitalismo industrial “maduro”, as metas obtiveram um sucesso importante. Coloca-se a indústria automobilística como o setor que desponta para ser “centro motor” do novo padrão de acumulação, ainda que o maior desempenho, nesse período, fique por conta do setor de bens intermediários, alavancado pelo Estado. A indústria automobilística, como mostra a Tabela 1B, recebeu a maior parte dos recursos estrangeiros investidos no Brasil no período, tendo chegado rapidamente a um estágio de nacionalização de 50%.

O Estado surge, assim, como o grande instrumento da acumulação de capital. Seja na agilização de instrumentos de incentivo, seja na oferta direta de bens e serviços, o Estado tem aí um papel insubstituível. À parte do grande incentivo ao capital estrangeiro, o Estado vai também viabilizar os investimentos do capital privado nacional. A lógica do processo não destaca a dicotomia nacional *versus* estrangeiro, mas sim a aquela já imposta pela própria matriz produtiva, qual seja a do grande capital *versus* o pequeno ou médio.

¹ dwt: deadweight ton (Tpb: tonelada de porte bruto) – é a diferença entre o deslocamento a plena carga e o deslocamento leve (apenas do casco). É o peso total que o navio pode transportar, incluindo a carga, o combustível, os lubrificantes, os sobressalentes, a água os mantimentos e a tripulação.

Tabela 1B: Recursos externos para indústrias básicas – 1955/59, (em % do total).

	Investimento	Financiamento	Total
Automobilística	74,4	60,5	63,3
Siderurgia	2,1	28,5	23,2
Cimento	0,8	1,7	1,5
Navegação	5,1	0,6	1,5
Papel	4,7	2,9	3,3
Mecânica e equipamento	5,1	0,4	1,6
Elétrico	—	—	—

Fonte: Sumoc, Relatório, 1959.

Estabeleceram-se três grandes grupos de benefícios. O primeiro deles garante o acesso em condições amplamente beneficiadas aos financiamentos externos. Esses benefícios, representados basicamente pela Lei 2.145, de 1954, e a Instrução 113 da Sumoc, permitiam a oferta de câmbio favorecido para a remessa de rendimentos e amortizações de investimentos diretos do exterior, além da importação de equipamentos sem cobertura cambial, incluindo também a prioridade e garantia para as transferências de câmbio para o exterior. Uma série de vantagens setoriais ou até mesmo para empresas específicas completava o elenco de favores concedidos. O governo detinha, ademais, um instrumento de direcionamento desses investimentos, já que a maior parte deles dependia do aval do BNDE, que era concedido de acordo com as prioridades do Plano.

O segundo grupo de benefícios significava, basicamente, a concessão de créditos a longo prazo, com juros reais negativos e longos períodos de carência e amortização, que acabava por fazer do Estado o principal responsável por grande parte do investimento real, já que a maior parte desses financiamentos se dava via BNDE.

O terceiro grupo se vinculava à chamada “reserva de mercado”, que possibilitou uma alta taxa de lucro para as inversões “protegidas”, já que feitas em regime de “não-concorrência”. Após a reforma da tarifa aduaneira de 1957, esse tipo de incentivo vai ser mais eficiente, pois, além de alíquotas elevadas às importações e o controle direto da oferta de taxas cambiais, vai se instituir também a fixação do “similar nacional”, que impedia a importação favorecida do produto, mesmo com crédito externo. Além disso, estabelecia-se para a indústria automobilística e de construção naval a concessão de câmbio subsidiado para importação de insumos e partes complementares utilizadas por esses setores.

O Plano de Metas e o conjunto de medidas adotado pelo Governo para implementá-lo vai resultar, assim, em um novo papel do Estado na Economia. Muito distante do *Welfare State* ou do Estado forte projetado nos planos getulistas, ou pelo menos em seu discurso político, e também do Estado liberal, sempre apontado pelas

elites como a “solução ideal” para os complexos problemas da economia brasileira, o Estado surge como um eficiente instrumento de reforço da acumulação de capital e de realização da transição para um novo padrão de acumulação.

Trata-se, em termos de uma análise departamental, de se incentivar o crescimento do DI (departamento de bens de produção) e de implantar o DII (bens de consumo para capitalistas) de uma só vez. Embora se dê continuidade à expansão da indústria de bens de consumo não-duráveis, essa vai perder seu dinamismo do período anterior. O DI, apesar dos grandes investimentos realizados na produção de bens intermediários, não vai superar sua limitação estrutural, de não produzir bens de capital (máquinas e equipamentos).

O NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO

As marcas características do padrão de acumulação inaugurado com o Plano de Metas se desenham com a mesma perfeição do traçado básico de Brasília, a “Nova-cap”. Em primeiro lugar, desponta o seu caráter perverso do ponto de vista da distribuição de renda, materializada em índices estagnados ou decrescentes dos salários reais no período, de par a par com fortes incrementos da acumulação.

Tabela 2: Evolução do salário mínimo real, Brasil – 1955-1961 – (%).

Ano	IPC-RJ	SMR
1955	23,0	-9,5
1956	21,0	-1,3
1957	16,1	-9,6
1958	14,8	14,5
1959	39,2	-12,7
1960	29,5	19,4
1961	33,2	-14,7

Fonte: (ABREU, 1990) Anexo Estatístico.
SMR = Salário mínimo real.

A outra marca se dá no processo de financiamento dos pesados investimentos feitos. O recurso ao endividamento externo, utilizado largamente no período, se choca com os limites impostos pela “deterioração dos termos de intercâmbio”, que restringem a geração de divisas necessárias à manutenção do processo. Além disso, as agências multilaterais, como o FMI, passam a colocar cada vez mais obstáculos à concessão de créditos ao Brasil, exigindo em contrapartida a adoção de um Plano de Estabilização.

Em 1958, o Plano de Estabilização Monetária, formulado por Lucas Lopes, começa a ser implementado. Sua viabilização, no entanto, acabaria por exigir a paralisação dos principais projetos do Plano de Metas, motivo pelo qual é abandonado pelo governo JK.

Tabela 3: Evolução do setor externo – Brasil – 1955-1961 – (US\$ milhões).

Ano	Balança comercial	Balanço de pagamentos	Dívida externa
1955	320	17	1.445
1956	437	194	1.580
1957	107	-180	1.517
1958	65	-253	2.044
1959	72	-154	2.234
1960	-23	-410	2.372
1961	113	115	2.835

Fonte: (ABREU, 1990) Anexo Estatístico.

O Estado, para suportar e estimular a acumulação, fazendo as vezes do inexistente capital financeiro nacional, lança mão de mecanismos tributários como novas alíquotas de Imposto de Renda e novos impostos e, quando esses recursos se esgotam, do mecanismo conhecido como “poupança forçada”² (SINGER, 1989, p. 102). O instrumento utilizado pelo Estado é criticado pelos teóricos monetaristas como gerador de inflação – a emissão de moeda como forma de sustentar os gastos públicos. O processo inflacionário no Brasil, na verdade, possuía raízes estruturais inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista. Ao dar saltos importantes no processo de acumulação de capital, sem criar mecanismos adequados para seu financiamento, o capitalismo brasileiro resolve, como mostra Singer, o problema da captação e alocação de recursos via mecanismos que acabam por gerar inflação. Não se pode negar as distorções provocadas no sistema monetário nacional pela utilização desse instrumento de política monetária. Ele foi, no entanto, eficiente para solucionar o problema do financiamento de um ousado plano de investimentos estatais, sem a necessária cobertura tributária e cambial. Os custos finais desses investimentos vão ser sustentados, via “imposto inflacionário”, principalmente pelos assalariados.

No período do Plano de Metas, o capitalismo brasileiro deu seu grande salto à frente, como se pode ver na Tabela 4. A economia cresce celeremente, a taxas médias de 7,9% ao ano, e seu parque industrial adquire feições mais maduras, com a forte

² “Ao emitir o Estado lança um imposto indireto sobre todas as transações, na medida em que o crescimento da demanda monetária suscita elevação dos preços. O Estado provoca, desta maneira ‘poupança forçada’, que aparece, já socializada previamente, nas suas mãos” (SINGER, 1976, p. 103).

participação do Estado e do capital estrangeiro. Os grandes oligopólios privados ou estatais definem, doravante, o perfil da economia capitalista brasileira. Tal trilha é percorrida com grandes desequilíbrios, estruturais e conjunturais. O desenvolvimentismo juscelinista transforma o Estado no *locus* privilegiado dos mecanismos de acumulação, desde a forma mais primitiva e arcaica até a mais moderna e geradora de produtividade.

Tabela 4: Evolução da economia brasileira – (1955-1961) (%)

Ano	PIB	Produção industrial
1955	8,8	11,1
1956	2,9	5,5
1957	7,7	5,4
1958	10,8	16,8
1959	9,8	12,9
1960	9,4	10,6
1961	8,6	11,1

Fonte: (ABREU, 1990) Anexo Estatístico.

RESULTADOS

O Plano de Metas representou uma iniciativa fundamental do Estado brasileiro para acelerar o processo de acumulação e consolidar o capital industrial como seu eixo fundamental. Se a opção do governo JK fosse a adoção de um plano de estabilização monetária, como o fez Eugenio Gudín no governo Café Filho, o Brasil não teria ultrapassado a fase de “industrialização restringida”, como ocorreu com vários outros países da América Latina. Mostrou-se a ação do Estado, seja por meio de políticas específicas, seja por meio da produção de bens e serviços e, finalmente, por meio da primeira experiência bem-sucedida de planejamento econômico no Brasil foi extremamente eficaz. A compreensão desse fato e sua inserção em uma análise concreta da economia brasileira como uma economia capitalista é a única forma de se romper com o dualismo das análises do “processo de substituição de importações”, incapaz de dar conta das contradições e do significado desse importante período histórico. Se na década de 30 foi necessário o concurso do Estado para realizar a transição de uma economia de cunho agro-exportador para outra de características urbano-industriais, possibilitando a mudança de “centro dinâmico” da economia (RABELO, 1990, p. 58), agora se trata de dar um salto de “50 anos em 5” para um capitalismo industrial mais maduro, mas não isento de contradições e problemas. Os pontos positivos, que expusemos anteriormente, foram muitos. A economia cresceu no período à taxa média de 8% (PIB). Também foram expressivas as taxas de crescimento

do produto industrial e da formação bruta de capital fixo. Além dos resultados quantitativos, avançou-se em termos qualitativos, desenvolvendo-se o setor de insumos de uso geral (energia e transporte) e básicos (aço, papel e celulose, petroquímicos etc.).

Os resultados negativos se manifestaram basicamente na grande penetração do capital estrangeiro na economia, um aumento na concentração de renda e na questão da inflação. Esses problemas representam, no entanto, a continuidade de questões estruturais, que em alguns casos têm origem no período colonial. Comparados aos problemas vividos posteriormente pela economia brasileira, que não deixaram legados importantes como os proporcionados pelo Plano de Metas, eles se colocam na sua real dimensão.

ABSTRACT

The article makes an analysis of the Brazilian Economy in period 55-61, with the objective to show the importance of the Plan of Goals of the Government Juscelino Kubtscheck as an adjusted economic policy for the promotion of the economic development. The article shows the importance of the confluence of different theoretical sources of the economic thought for the creation of the conscience of the necessity of the industrialization of the country. The paper presents an analysis of the new role of the State directing the economy for the development, acting directly or indirectly, also in association with the foreign capital. The article shows that emerges after the Plan of Goals a new standard of accumulation, centered in the industrial capital and the economic development, but that is incapable to decide important problems as the concentration of income and the financing of the growth process.

Key words: Economic development; Standard of accumulation; Intervention of the State; Brazilian economy.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. Campinas: Unicamp, 1978.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RABELO, Ricardo Fonseca. A ascensão do capital industrial no Brasil: o papel do Estado. **Cadernos de Economia**, Belo Horizonte, n. 3, p. 58, out./1990, PUC Minas.
- SINGER, Paul. Evolução da economia brasileira, 55-75. In: **O milagre e a crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VIANNA, Sérgio B. de. **Política econômica no 2º Governo Vargas (1951-54)**. Brasília: BNDES, 1987.